

# **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR)**

**Vinicius Antonio Banzato Facco**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (PPGGEO/UFPR)  
e-mail: v.facco@hotmail.com

## **Resumo**

Ao se tomar como objeto de análise o espaço agrário, considerando a atual crise sistêmica e civilizatória, é possível delimitar três esferas de debates: a questão agrária, a crise alimentar e os conflitos ambientais. Com base nisso, o trabalho versa sobre dois sistemas agroalimentares: o campesinato agroecológico e os impérios agroalimentares. Neste sentido, objetiva-se compreender as diferenças destas categorias. Para isso, se escolheu o acampamento José Lutzenberger – localizado no município de Antonina, no litoral paranaense – como foco de análise do campesinato agroecológico. Este acampamento, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, representa um exemplo paradigmático da temática, pois reúne a luta pela terra, a questão ambiental e o debate alimentar. Assim, torna-se possível compreender como se dá a resistência e a relativa autonomia camponesa perante os impérios agroalimentares. O estudo traz à tona os mecanismos dos impérios em um contexto de globalização neoliberal que contribui na reprodução da atual crise sistêmica, bem como as alternativas do campesinato agroecológico.

**Palavras-chave:** Sistemas agroalimentares; campesinato; agroecologia; movimento dos trabalhadores rurais sem terra; impérios agroalimentares.

## **Alternatives to agrifood empires from agroecological peasantry: the experiences of agroforestry settlement José Lutzenberger (MST-Antonina/PR)**

## **Abstract**

Taking the agrarian space as object of analysis, and considering the current systemic and civilization crisis, we can define three levels of discussion: the agrarian question, the food crisis and environmental conflicts. Based on this, this paper discusses two agrifood systems: the agroecological peasantry and the agrifood empires. In this sense, the main objective is to understand the differences between these categories. For this, we chose the settlement José Lutzenberger - located in the city of Antonina, on the coast of Paraná – as analytical focus of agroecological peasantry. This settlement, organized by the Landless Rural Workers Movement, is a paradigmatic example of the theme, as it meets the struggle for land, the environmental issue and the food debate. Thus, it becomes possible to understand the resistance and peasant relative autonomy from the agrifood empires. The study brings out the mechanisms of empires into neoliberal globalization context that contributes to the current systemic crisis reproduction, and the alternatives of agroecological peasantry.

**Keywords:** Agrifood systems; peasantry; agroecology; landless rural workers movement; agrifood empire.

## **Alternativas a los imperios agroalimentarios del campesinado agroecológico: las experiencias de asentamiento agroforestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR)**

### **Resumen**

La situación actual está permeada por una crisis sistémica y civilizatoria. Para ser tomado como objeto de análisis el espacio agrario, se pueden definir tres niveles de discusión: el problema agrario, la crisis alimentaria y los conflictos ambientales. En base a esto, el documento analiza dos sistemas agroalimentarios: el campesinado agroecológico y los imperios agroalimentarios. En este sentido, el objetivo es entender las diferencias de estas categorías. Para ello, se optó por el asentamiento José Lutzenberger - ubicado en la ciudad de Antonina, en la costa del Paraná - enfoque analítico del campesinado agroecológico. Este asentamiento, organizado por el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra, es un ejemplo paradigmático del tema, ya que cumple con la lucha por la tierra, el tema del medio ambiente y el debate sobre los alimentos. Por lo tanto, se hace posible entender cómo la resistencia y la autonomía relativa campesina de los imperios agroalimentarios. El estudio pone de manifiesto los mecanismos de imperios en contexto de globalización neoliberal que contribuye a la reproducción de la actual crisis sistémica, y las alternativas de campesinado agroecológico.

**Palabras clave:** Sistemas agroalimentarios; campesinado; agroecología; movimiento de los trabajadores rurales sin tierra; imperios agroalimentarios.

### **Introdução**

O cenário mundial contemporâneo está constituído por uma crise que possui várias facetas. Colapso dos bancos e do setor de finanças, mudanças climáticas e o debate ambiental, crise da produção de alimentos, a latente e persistente luta pela terra (e sua nova roupagem, através da luta por reconhecimento de territórios) são alguns dos elementos que marcam esta conjuntura. Fala-se, então, em uma crise sistémica (ROSSET, 2011) e civilizatória. Algumas consequências deste estado caótico de coisas são a erosão cultural de diversos povos, a reprodução de desigualdades socioespaciais, a crescente e megalomaniaca acumulação de capital das corporações transnacionais – que conta com respaldo e apoio do Estado – e, também, a degradação ambiental, que inclusive resulta em uma banalização e vulgarização do discurso sobre a natureza.

Assume-se a posição que a questão alimentar aborda as conflitualidades e embates da produção alimentar e suas consequências – como a fome e a obesidade, por exemplo<sup>1</sup>. Neste eixo, os debates de soberania e segurança alimentar se fazem presentes, defendendo propostas produtivas específicas no campo. Os estudos deste tema visam identificar as diferentes formas de produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos. Fala-se, a partir disso, em sistemas agroalimentares (ALTIERI, 2012). Os

<sup>1</sup> Patel (2012) afirma que o sistema alimentar mundial é marcado pela contradição, comprovando esta afirmação com os dados de que em 2011 o número de subnutridos no mundo era de cerca de 925 milhões de pessoas, e o de obesos em torno de 1,5 bilhão.

conflitos das diferentes formas de produção necessitam ser evidenciados e elucidados, trazendo à tona quais são os atores sociais envolvidos e seus interesses distintos.

Assim, se verifica uma diferenciação destes sistemas agroalimentares. Constata-se a presença de uma forma heterogênea e diversa de agricultura camponesa, que busca sua reprodução social e que em alguns momentos assume a prática agroecológica como bandeira de luta por autonomia. O campesinato se torna uma categoria elementar para este modelo agroalimentar e permite “definir as dimensões da exploração do homem pelo homem e os caminhos da luta para combatê-las” (SHANIN, 2005, p. 19). Em contraste com os camponeses e suas práticas (que usualmente são agroecológicas), existe um conjunto de atores e processos que se faz dominante na estruturação da produção, processamento e comercialização de alimentos em escala mundial, baseada na acumulação e reprodução de capital e na hegemonia corporativa sobre o setor agroalimentar. Ou seja, há um controle da industrialização da alimentação a partir de algumas poucas empresas transnacionais, na qual os alimentos se tornam cada vez mais um mecanismo de obtenção de lucros no cenário de financeirização da agricultura.

A partir deste modelo, um pequeno grupo de corporações toma o controle do setor agroalimentar, de forma a submeter agricultores e consumidores aos seus ditames. Ploeg (2008) denomina esta forma de atuação de Império, enquanto que Patel (2012) opta pelo termo sistema alimentar mundial. Já a análise de Bello (2012) insere a noção de agricultura industrial capitalista e, também, há a nomeação do ETC Group (2009) de cadeia alimentar industrial. Apesar das diferentes maneiras de denominar esta lógica, as características descritas por cada um desses autores são praticamente as mesmas, com algumas nuances e enfoques peculiares. Para o presente trabalho, foi escolhido o termo impérios agroalimentares, visando elucidar esta prática produtiva alimentar de forma crítica, termo adotado também por Almeida, Collado e Hernández (2014).

As dimensões estruturantes de cada um destes sistemas agroalimentares são díspares, com divergências em inúmeros aspectos. Estas abordagens são incompatíveis, pois enquanto a agricultura camponesa agroecológica se apresenta de forma mais diversa e complexa, os impérios agroalimentares são constituídos por um reducionismo lógico, que enfoca apenas o aspecto econômico. A premissa de acumulação e reprodução de capital a partir do setor agrícola-alimentar caracteriza-os, assumindo uma postura economicista, utilizando os alimentos exclusivamente como uma mercadoria. Em um contexto de globalização neoliberal, se faz necessário debater criticamente esta lógica economicista no âmbito agroalimentar.

Por sua vez, a agroecologia é compreendida como uma abordagem crítica ao sistema produtivo agrícola baseado nos preceitos da agricultura moderna e industrial dos impérios agroalimentares. Na base destes ideais de produção conforme os preceitos dos

ecossistemas, é possível destacar uma agricultura “com”, e não “contra” a natureza (GUTERRES, 2006). A partir da agroecologia há uma forma de se apreender o espaço agrário de forma crítica, visando enfatizar práticas específicas dos camponeses, que são os sujeitos principais nesta forma de abordagem. A compreensão do meio rural a partir de um enfoque agroecológico visa contestar uma leitura ambiental supérflua e economicista, encontrada em noções como desenvolvimento sustentável e sustentabilidade – discursos esverdeados que são adotados por inúmeras corporações e organizações não governamentais (ONG's) nos dias de hoje. A agroecologia emerge em um contexto de aprofundamento do debate ambiental, incorporando a defesa dos camponeses, expondo os conflitos agrários, ambientais e pela produção de alimentos.

Diante destas considerações, o presente artigo busca trazer à tona as alternativas ao capital a partir do campesinato agroecológico, que está envolvido na luta pela terra e que resiste ao avanço sobrepujante dos impérios agroalimentares. Para isso, foi escolhido o acampamento José Lutzenberger (organizado pelo MST e localizado no município paranaense de Antonina) como forma de análise desta categoria. Portanto, o trabalho tem o objetivo de identificar as estratégias de organização e reprodução social presentes no acampamento, bem como compreender como se dá a prática social de resistência e autonomia camponesa (baseada na agroecologia) perante os impérios agroalimentares.

Desta forma, são analisadas as formas de produção e comercialização de alimentos do acampamento José Lutzenberger e do sistema agroalimentar hegemônico, de forma a elencar as diferenças que os constituem, apresentando os conflitos e disparidades de ambos. Além disso, observa-se que inserir o diálogo sobre as formas de produção, comercialização, processamento e consumo dos alimentos, juntamente com leituras sobre conflitos e dinâmicas do capital no espaço agrário pode renovar as análises sobre o meio rural contemporâneo. Assim, torna-se possível apreender as novas formas de atuação e as lógicas do capital no setor agrícola, haja vista que elas se metamorfoseiam nas suas dinâmicas espaciais, atualizando as dimensões da Questão Agrária.

As informações acerca do acampamento foram obtidas através de observação participante, entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos. A observação participante se refere a dois momentos de vivência que se deram no acampamento José Lutzenberger, nos meses de janeiro e fevereiro de 2014, visando compreender as dinâmicas dos sujeitos e participar das mesmas, contribuindo nos trabalhos com a comunidade acampada. Também foram realizadas quatro entrevistas semi-estruturadas, sendo uma com uma liderança do acampamento e as outras três com acampados. A identificação dos entrevistados, no presente trabalho, é feita a partir da letra inicial do primeiro nome dos mesmos. Ademais, uma das lideranças forneceu documentos relativos às entregas de alimentos nas escolas estaduais pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Enfim, o artigo tem foco debater as diferenças do campesinato agroecológico, com base no acampamento José Lutzenberger, e dos impérios agroalimentares. O trabalho, então, inicia uma exposição do histórico e das práticas do acampamento agroflorestal, para em seguida analisar as dinâmicas dos impérios.

### **Histórico e organização do acampamento agroflorestal José Lutzenberger**

O acampamento José Lutzenberger<sup>2</sup> está situado no litoral do estado do Paraná, no município de Antonina. Trata-se de um local de resistência, a partir da ocupação, que simboliza a luta pela terra nesta região costeira. O território ocupado está inserido dentro de uma Unidade de Conservação: a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba. Além disso, ele está localizado na comunidade Rio Pequeno, na zona rural do município. O agrupamento recebe esta denominação devido ao maior rio que circula na localidade, que inclusive corta a área do acampamento. A ocupação está distante 35 quilômetros da área urbana de Antonina, e cerca de 110 quilômetros da cidade de Curitiba. Atualmente, ele é organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O município de Antonina, por sua vez, possui 18.891 habitantes (IBGE, 2010). Desse total, 2.828 residem no meio rural, ou seja, aproximadamente 15% da população do município. Em termos agrícolas, conforme IPARDES (2013), Antonina possui maior volume de produção de banana, mandioca e cana-de-açúcar, respectivamente. Esta unidade administrativa está no bioma Mata Atlântica, que tem como característica principal a exuberância da Floresta Ombrófila Densa, a maior área contínua de floresta no estado do Paraná. Por isso, há no município grande presença de unidades de conservação, tanto de uso sustentável quanto de proteção integral, tais como a APA de Guaraqueçaba, RPPN da Cachoeira, RPPN do Morro da Mina, Reserva Biológica (REBIO) Bom Jesus, Parque Estadual Pico do Paraná e Parque Estadual Roberto Ribas Lange.

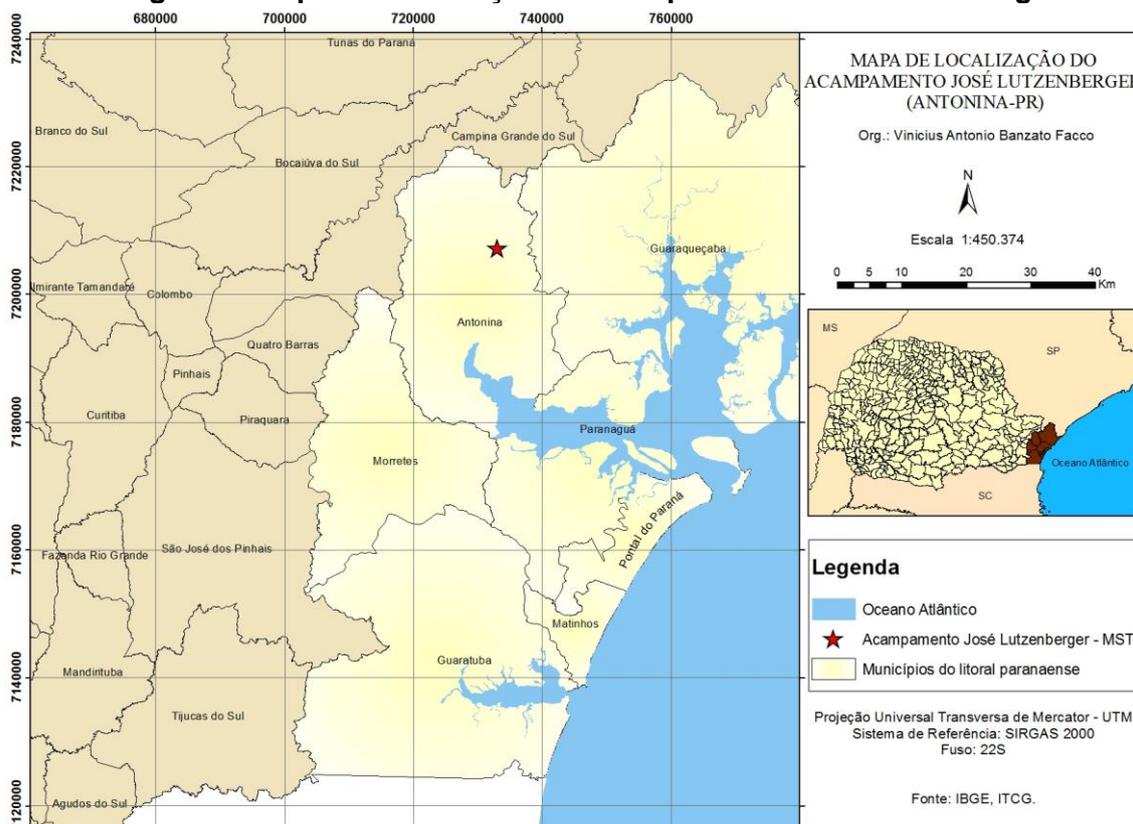
A origem do acampamento remete a conflitos fundiários e ambientais. São dois os eixos de embates que fazem urgir a ocupação na comunidade Rio Pequeno: disputas com uma ONG ambientalista, que visava se apropriar das propriedades da região, e a luta contra a criação de búfalos, que degradava a vida dos moradores de Rio Pequeno. A partir de uma mundialização do debate sobre a questão ambiental, a preservação da natureza se torna cada vez mais latente e ONG's ambientalistas desempenham papel central a partir deste contexto. Na APA de Guaraqueçaba, a organização que mais se destaca é a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS).

---

<sup>2</sup> José Lutzenberger foi um renomado engenheiro agrônomo e ecologista que, já em 1980, denunciava os impactos ambientais causados pela agricultura moderna sustentada pelas grandes empresas. Além disso, foi um grande defensor de complexos sistemas agrícolas tradicionais.

Pelo fato de o acampamento estar inserido em uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a questão ambiental (sobre a relação entre sociedade-natureza, da mesma forma que a possibilidade de se estabelecer um assentamento neste tipo de área) se torna um elemento relevante para compreender a dinâmica neste local. O conflito inicial que gera um estado de insatisfação e insubordinação na comunidade Rio Pequeno, de acordo com os moradores que estão há mais tempo no acampamento, se dá com a referida ONG. Analisar os fundamentos desta organização é essencial para compreender o processo de estabelecimento desta ocupação.

**Figura 1: Mapa de localização do acampamento José Lutzenberger.**



Fonte: O autor (2014).

Em seu endereço eletrônico, a SPVS afirma que desenvolve:

(...) projetos inovadores e de qualidade na área da conservação da natureza, com características voltadas à expansão e replicabilidade de ações direcionadas à manutenção do patrimônio natural e da biodiversidade. Perto de 30 anos de atuação em diferentes biomas brasileiros, os trabalhos da SPVS são realizados sempre em ações conjuntas com empresas, instituições públicas e do terceiro setor, visam influenciar políticas públicas e buscam demonstrar o quanto a qualidade de vida, as atividades econômicas e o desenvolvimento são dependentes da existência de áreas naturais bem conservadas e da garantia da conservação da biodiversidade.

Disponível em: <http://www.spvs.org.br/quem-somos/> Acesso em: 20/07/2014.

A ONG preservacionista tem uma perspectiva de oprimir comunidades rurais que habitam no entorno de suas áreas. Neste sentido, Martínez Alier (2012) segmenta o movimento ambientalista em três correntes: o culto à vida silvestre, o evangelho da ecoeficiência e o ecologismo dos pobres. O culto à vida silvestre defende “manter reservas naturais, denominadas parques nacionais ou naturais, ou algo semelhante, livres da interferência humana” (MARTÍNEZ ALIER, 2012, p. 24). Por sua vez, o ecologismo dos pobres representa um “[...] interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas, sim, pelos humanos pobres de hoje” (MARTÍNEZ ALIER, 2012, p. 34). Uma incompatibilidade de abordagens se explicita, quando a ONG em questão pressiona as comunidades residentes na APA de Guaraqueçaba, visando adquirir suas terras para implementar unidades de conservação. A SPVS tem uma postura de culto à vida silvestre, subestimando o ecologismo do acampamento José Lutzenberger.

Nesta Unidade de Conservação, a ONG tem um projeto de Gestão Integrada da APA, com três áreas caracterizadas como Reserva Natural (Cachoeira, Morro da Mina e Itaqui), somando 18.600 hectares (SPVS, 2012). De toda esta área, 11.441 hectares são de Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN). Além disso, a organização detém 34 mil hectares a partir da Reserva Biológica Bom Jesus, situada entre os municípios de Antonina e Guaraqueçaba. A área da SPVS que está mais próxima ao acampamento José Lutzenberger é a fazenda Águas Belas, uma RPPN de 508 hectares, que faz parte da Reserva Natural do Cachoeira.

Um dos eixos de atuação da SPVS envolve mitigação e compensação ambiental de mudanças climáticas. São estratégias de sequestro de carbono a partir de um conjunto de florestas em suas áreas. A ONG detém propriedades com esta finalidade, e empresas a contratam para realizar ações de compensação de emissão de gases geradores do efeito estufa. Há uma mercantilização da natureza com o envolvimento destes sujeitos. De acordo com informações de seu endereço eletrônico, empresas como O Boticário e HSBC já contrataram serviços para compensar emissões. Os projetos de amenizar o aquecimento global se dão com o apoio da organização não governamental The Nature Conservancy (TNC) e as companhias American Electric Power, Chevron e General Motors. Além disso, a SPVS opera ações de conservação de uma espécie da Mata Atlântica: o papagaio-da-cara-roxa; educação ambiental e pesquisas em suas áreas de preservação.

As abordagens ecologistas são vastas, havendo sujeitos com posturas preservacionistas (que apenas desejam resguardar determinados lugares e seus recursos, desprezando povos que os habitam), e outros que inserem o elemento social. A SPVS é

uma ONG preservacionista, que defende o culto à vida silvestre, a partir de um posicionamento que centraliza o aspecto econômico das relações socioculturais. Assim, o embate inicial se dá quando esta organização busca adquirir propriedades para implementar suas estratégias de preservação ambiental. As comunidades que residem em diversas porções da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba passam a sofrer constantes pressões por parte da SPVS. É o que ocorria na comunidade Rio Pequeno.

A ideia deles era fazer um grande território, assim... da SPVS. Eles queria unir toda a comunidade do Rio Pequeno, né. Porque aqui é a última comunidade. Não existe outra comunidade pra lá, né. Eles queriam unir toda essa região como uma área deles, um território deles (ENTREVISTADA LIDERANÇA L.).

A finalidade não era brigar com o Pamplona [proprietário da fazenda São Rafael]. A finalidade era brigar com a SPVS, né. Porque aconteceu isso também... tipo, meio dizimou o pessoal de vila né. A SPVS comprou todas as áreas, e foi cercando em volta os pequenininho e foi tirando, tirando... E como é uma grande reserva né, e o pessoal foi sufocando também. Hoje tem pouca população também (ENTREVISTADO ACAMPADO V.).

Inserida em uma lógica capitalista que mercantiliza a natureza, a SPVS acaba por comprimir as comunidades em seus territórios, chegando a expulsá-las. Pode-se falar na criação de um latifúndio com novas características, que visa agora uma suposta preservação ambiental inserida numa lógica capitalista. Pires (2008) denomina as propriedades desta organização de latifúndio. A expropriação de comunidades nativas e tradicionais de seus territórios pioneiros é consequência deste tipo de propriedade, que também pode ser chamada de latifúndio genético (PORTO-GONÇALVES, 2002).

No entanto, nesse momento vemos, novamente, aquela vertente tradicional do ambientalismo, que tem sua origem na Europa e nos Estados Unidos, e que continua operando com a velha lógica dicotômica e ignorando toda a dimensão político-cultural implicada no debate ambiental. Tentam retomar a já superada visão de unidade de conservação que ignora a importância dos saberes das populações que tradicionalmente se desenvolveram com a natureza. Na verdade, reinventam a velha prática moderno-colonial de se apropriar dos recursos naturais das populações originárias sempre com argumentos novos para justificar velhas práticas, agora reinventando um novo tipo de latifúndio. [...] Se trata de constituir grandes áreas demarcadas a pretexto de pesquisa científica ignorando todo o saber construído por essas populações que habitam esses ecossistemas (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 11).

Este é o conflito que torna efervescente a insatisfação dos camponeses e posseiros da comunidade Rio Pequeno a partir do final da década de 1990, tomando concretude no início dos anos 2000, e com a ocupação se efetivando em março de 2004. O acampamento está situado na fazenda São Rafael, e tem a dimensão de 228,84 hectares (PIRES, 2008). Antes de ocupar esta propriedade, os moradores acamparam – por um curto período de tempo – em uma propriedade vizinha, conhecida por Fazenda Marcos Santos. A meta inicial

era estabelecer uma ação direta contra a SPVS, para fazer frente ao avanço desta organização que estava dizimando as comunidades da APA de Guaraqueçaba.

Primariamente, a comunidade Rio Pequeno se estabeleceu como um lócus de resistência a um discurso ambiental supérfluo e vulgarizado. Estes sujeitos pretendiam defender seus territórios, seus anseios e saberes a partir da insubordinação que a prática de ocupar uma terra possui. Estas populações “[...] têm vivenciado um período em que seus saberes e modo de vida são duramente combatidos. A impossibilidade de acesso a que são submetidas, retira-lhes a possibilidade de manejar seus ambientes para sua sobrevivência” (PIRES, 2008, p. 36).

Diante deste cenário local-regional marcado pela opressão disfarçada em retóricas exacerbadamente ambientalistas, os sujeitos da comunidade Rio Pequeno se tornam os primeiros a negar esta ofensiva por terras que a ONG estava realizando. Esta é uma revolta camponesa pioneira que se explicita no litoral paranaense. Cabe ressaltar que o MST não foi o precursor da ocupação neste caso. Foram os próprios habitantes da comunidade Rio Pequeno – camponeses e posseiros – que organizaram a articulação inicial para a ocupação.

Apesar de o embate entre a comunidade nativa e a SPVS ter se apresentado, em um primeiro momento, como o mais emblemático, confrontações com o fazendeiro foram se consolidando cotidianamente. As inquietudes e tensionamentos começaram a se dar a partir do foco que o fazendeiro atribuía à sua produção: a criação de búfalos. Ademais, a população também sofria ameaças dele e de seus funcionários. O conjunto de ações por parte do proprietário da Fazenda São Rafael culminou, então, na ocupação do imóvel. Até então, a disputa era com a ONG ambientalista. Porém, o fazendeiro resolveu intervir no entrave da comunidade com a SPVS. Começou a envolver a polícia, advertindo os ocupantes da propriedade vizinha à dele e ameaçando-os.

A partir disso, os camponeses e posseiros decidiram por ocupar a fazenda São Rafael. Para acentuar ainda mais o entrave, a fazenda São Rafael se dedicava à bubalinocultura, que é uma espécie exótica à região litorânea do Paraná, e que impacta sobremaneira o ambiente. Os búfalos da propriedade invadiam as roças dos posseiros, destruindo o sustento deles: a terra. Animal de grande porte, o búfalo degrada o solo por onde passa, compactando-o.

A criação de búfalos traz dois efeitos impactantes ao local: um de cunho social, que é a destruição das roças e lavouras dos posseiros vizinhos à fazenda São Rafael; e outro de caráter ambiental, que é a degradação dos solos e destruição da vegetação primária e do ecossistema local. A bubalinocultura trouxe, juntamente, uma espécie vegetal exótica ao litoral paranaense: a braquiária, conhecida também por capim-tangola (*Brachiaria arrecta* x *Brachiaria mutica*).

**Figura 2: Presença da braquiária (capim-tangola) no acampamento.**

Fotografia: O autor (2014).

Este tipo de pastagem, a princípio, só se desenvolve em ambientes altamente úmidos e quentes, tais como margens de rios e brejos. Entretanto, de acordo com o depoimento de um dos acampados, o fazendeiro se juntou a um instituto de pesquisas em São Paulo para estabelecer geneticamente uma espécie de braquiária que pudesse se desenvolver para além de locais com elevada umidade. O resultado disso é que, atualmente, ainda há um grande predomínio da braquiária (capim-tangola) em quase toda a área do José Lutzenberger. Os acampados travam uma luta diária contra esta pastagem invasora. A luta pela terra se torna também luta contra o braquiáral, que tem extrema facilidade para se reproduzir. Apenas o ingá e ambientes com sombra são capazes de impedir o desenvolvimento desta espécie, e as agroflorestas cumprem papel fundamental no impedimento da progressão da braquiária – sem contar que contribuem na recuperação da vegetação e geram alimentos ao grupo de acampados. A explicação do cruzamento de espécies é feita por um dos acampados.

Na verdade ela veio primeiro a braquiária, que o nome dela é tanegraís [tannergrass], né. Então ela é um capim africano, que adapta bem na água, terreno quente, né. Tipo né, clima quente. E a gente pegou e daí, tiramo muda daqui, o Pamplona [proprietário da Fazenda São Rafael] levou pra São Paulo, e desenvolveram, cruzaram ela com a angola. Que a angola vai no seco, né. Daí então ficou o nome Tangola, daí. Já mudou o nome dela pra Tangola. E então, agora ela se adapta... Ela só se adaptava em brejo, né. Agora ela vai em toda e qualquer área. [...] Você não podia plantar. Quando começou a vim a criação de búfalo, o búfalo escapa. O búfalo não tem controle, você segurar ele, né. Principalmente nessa época de inverno. O capim baixou um pouquinho, ele sai. E acaba indo na roça lá, e destrói tudo o que o agricultor tem. E é onde o pessoal foi ficando indignado com isso (ENTREVISTADO ACAMPADO V.).

Em um documento agrônomo da Embrapa, Andrade et al. (2009) estudam a mesma espécie que se faz dominante no acampamento. A mesma descrição realizada pelo acampado é feita pela instituição.

O capim-tangola é um híbrido natural entre o capim tannergrass (*Brachiaria arrecta* (Dur & Schinz) Stent) e o capim-angola (*Brachiaria mutica* (Forssk.) Stapf). De acordo com Silva e Agostini (1978), o capim-tangola foi descoberto em 1968, pelo pecuarista Cristóvão Lemos, em uma pastagem constituída pelos capins angola e tannergrass, em sua propriedade localizada no norte do Estado do Rio de Janeiro, destacando-se por apresentar características morfológicas intermediárias entre as duas forrageiras (ANDRADE et al., 2009, p. 16).

Os posseiros, então, sofriam com a pecuária de búfalos, por causa da expansão da braquiária e da invasão destes animais em suas áreas, caracterizando um conflito pela produção de alimentos e, conseqüentemente, pelo autoconsumo e reprodução social. As querelas estavam se tornando cada vez mais latentes. Foi a partir disso que cerca de 50 famílias ocuparam inicialmente a fazenda Marcos Santos. A partir de quatro meses de ocupação, em 2004, os posseiros decidiram envolver o MST. Durante oito meses, não havia uma decisão acerca de qual fazenda seria ocupada. Mas, pelo fato de que os conflitos com o proprietário da Fazenda São Rafael se tornaram cada vez mais agudos, estes sujeitos decidiram por efetivamente ocupar sua propriedade.

Então, o Pamplona, até assim... se o Pamplona não tivesse provocado tanto assim o acampamento, é... A gente tinha ocupado a fazenda do lado. Mas aí ele fermentou, trazia polícia... Trazia muita pressão, assim. Daí foi onde tomamos a decisão de ocupar a área mesmo (ENTREVISTADA LIDERANÇA L.).

Portanto, é a fazenda São Rafael que é ocupada em março de 2004. Anteriormente à ocupação, uma série de crimes ambientais ocorreu na propriedade. A supressão da vegetação para inserir a pastagem para os búfalos foi uma das atividades ilícitas realizadas na área, inclusive a mata ciliar do rio, considerada Área de Preservação Permanente (APP). Além disso, houve alteração do curso do rio que corta a propriedade, o rio Pequeno. Fatos que motivaram ainda mais a consolidação do acampamento José Lutzenberger neste imóvel. Ainda hoje, duas propriedades vizinhas ao território ocupado possuem criação de búfalos. Uma delas é a fazenda Recanto das Águas. Os búfalos deste imóvel continuam a escapar da propriedade. Eles frequentemente se deslocam para a horta coletiva do acampamento, degradando as condições de vida dos acampados, gerando insatisfação entre os mesmos.

No que diz respeito à organização interna do acampamento, tomando como base a pergunta “quem nós somos?” para o grupo de acampados, destaca-se que eles se reconhecem como um acampamento, um grupo, uma coletividade. No acampamento José

Lutzenberger, há atualmente a presença de 20 famílias, das quais 15 participam de todas as atividades internas, que envolve produção, beneficiamento dos alimentos, transporte dos produtos e entregas.

Ao redor da estrada principal se localizam os lotes para construção das moradias. Ao todo, são 30 lotes (dos quais 10 não são habitados), que apresentam dimensão de 40x100 m. Nestes 4.000 m<sup>2</sup>, os acampados constroem suas habitações e podem desenvolver as roças individuais. Além disso, há um espaço comunitário, que tem duas edificações. O barracão, onde são guardados os equipamentos coletivos, tais como trator e caminhão. E a “casa rosa”, que era o estabelecimento no qual o proprietário ficava no período anterior à ocupação. Na casa rosa, há uma biblioteca, formada por diversos livros doados pela Universidade Federal do Paraná, Campus Litoral. As principais reuniões e assembleias, assim como os encontros da coordenação do acampamento, se dão ali.

Este acampamento possui forma de produção coletiva. Os camponeses deste local necessitam, por acordo interno, produzir e trabalhar nas hortas comunitárias. São duas áreas desta produção em comum: uma agrofloresta, com aproximadamente 4 hectares, e a principal horta, que tem cerca de 6 hectares. A produção em grupo desta ocupação remete à organização coletiva da produção, nos quais há a verificação de que “[...] cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com o seu trabalho” (FABRINI e MARCOS, 2010, p. 31). Para a estruturação interna das atividades do acampamento, o trabalho de cada camponês nas hortas coletivas desempenha papel primordial.

**Figura 3: O barracão do acampamento na área comum.**



Fotografia: O autor (2014).

Há ainda, no território ocupado, uma cozinha. As atividades realizadas neste local são de beneficiamento dos alimentos cultivados, tais como descascar os víveres, produção de polpa e doces de frutas, empacotamento e refrigeração dos produtos. A divisão social do trabalho no acampamento é realizada a partir do trabalho na roça e na cozinha. E, mais ainda, existem pessoas encarregadas em “coordenações” de funções, que além de contribuir nos trabalhos na horta ou no beneficiamento, são responsabilizadas por discutir e fiscalizar o trabalho no acampamento, sempre visando garantir o bem-estar da comunidade acampada. A compartimentação para racionalizar as funções é feita em quatro grupos: produção, agroindústria, comercialização e operacionalização das tarefas de distribuição.

Os acampados recebem por hora trabalhada nos espaços coletivos. O quantum da hora trabalhada varia conforme o valor monetário recebido por meio das vendas, que se dão nas feiras e nos mercados institucionais, a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Cada um deve anotar, em um caderno individual, o dia em que trabalhou, o horário que desempenhou as tarefas e o número de horas trabalhadas. Com base nisso, posteriormente são somadas todas as horas, para poder efetivamente averiguar qual é o valor da hora de trabalho para o mês. Dessa forma, os camponeses recebem pela quantidade de horas trabalhadas, ou seja, cada um conforme seu trabalho.

Há presença de energia elétrica, todas as casas possuem este serviço. Já a água utilizada no acampamento é provida por meio de mina, em um morro que está nos limites da área do imóvel ocupado. Um sistema de encanamento foi feito de forma autônoma pelos camponeses, para que a água da mina possa chegar a todas as casas. Ademais, as habitações possuem sistemas individuais de fossa, para tratar a questão de saneamento. As casas, em sua grande maioria, são feitas de madeira ou de tijolo. Construídas de forma independente, incorporando toda a sapiência e inventividade camponesa. O acampamento José Lutzenberger representa uma exploração econômica baseada no trabalho familiar, que traz também o sentido de comunitarismo camponês e a produção coletiva. É uma lógica camponesa, que tem centralidade a posse de um meio de produção – a terra –, e tem como foco garantir sua reprodução social a partir do autoconsumo e satisfação das necessidades da família (CHAYANOV, 1924).

**Figura 4: Casa de família de acampados.**

Fotografia: O autor (2013).

### **A agroecologia como modo de vida no acampamento: a centralidade dos sistemas agroflorestais de produção**

A agroecologia é um dos pilares que dá sustentação à ética dos camponeses que resistem e (re)existem (em detrimento das vagas acepções e teses de desaparecimento do campesinato) em José Lutzenberger. Desde o início da ocupação, esta foi incorporada como um modo de vida. A agudez da questão ambiental (o território está em uma Unidade de Conservação) fez com que isso se tornasse mais emblemático para a comunidade. A produção no acampamento José Lutzenberger segue os preceitos da agroecologia. Neste local, o modelo de cultivo sempre foi e, de acordo com depoimentos dos acampados, sempre será nesta base – onde pode ser constatado que a agroecologia está permeada como um modo de vida para a comunidade. Para eles, a “Agroecologia é uma forma de vida. Cada dia a gente vem construindo a agroecologia. É uma forma de viver, não é um novo conceito. Mas é um resgate de uma agricultura” (ENTREVISTADO ACAMPADO G.).

O foco da produção agroecológica neste território visa o cultivo de alimentos, tanto para autoconsumo (ou para serem trocados com vizinhos) quanto para comercialização. Isso porque “a comida é o elemento central na produção camponesa, dotada de uma espécie de linguagem simbólica [...]” (ALMEIDA e PAULINO, 2010, p. 39).

Esta “nova” leitura do meio rural, que ao se afirmar como “nova” resgata ancestralidades e práticas agrícolas tradicionais, faz uma linha de frente no combate de uma agricultura propagada por uma visão de mundo moderno-ocidental, amparada em uma

exacerbação da técnica e da ciência. A ética agroecológica se volta aos sujeitos que trabalham na terra e retiram dela seu sustento. Lidar com a incerteza e a complexidade da natureza é um aspecto fundamental neste sentido.

A ideia de autonomia para os camponeses a partir da agroecologia se pauta na possibilidade de estes sujeitos produzirem o que necessitam, da forma que desejam, e com os recursos que optam. Ou seja, o campesinato, analisado sob a ótica agroecológica, produz a partir dos insumos locais, visando ser o mais independente possível. Insumos químicos e externos, provenientes de longas distâncias, não são utilizados nesta forma de produção. Tal como afirma Ploeg (2009), ao discutir sobre a proteção da biodiversidade por parte do campesinato, que se difere dos impérios agroalimentares:

As economias camponesas, assim como muitas economias informais urbanas, possuem um padrão em que os recursos naturais (terra, água, animais, madeira, combustível, etc.) são escassos e não têm um caráter mercantil. Então, há uma forte tendência para sua conservação e proteção. Esse é um contraste marcante em relação aos processos produtivos estruturados nos moldes do Império (PLOEG, 2009, p. 29).

Com base nisso, o capital, materializado contemporaneamente pelos impérios agroalimentares, encontra barreiras na agroecologia, uma forma mais ampla de se conceber o espaço agrário, sobretudo por seu caráter multidimensional. A agroecologia enfatiza aspectos sociais (priorizando os sujeitos do campo, os camponeses), políticos (em defesa da reforma agrária), ambientais (pensando na coevolução sociedade-natureza) e econômicos (garantindo a reprodução destes camponeses), enquanto que o sistema agroalimentar hegemônico se pauta exclusivamente na lógica econômico-financeira.

No acampamento José Lutzenberger, verificam-se elementos sobre autonomia e práticas agroecológicas. Há uma negação de todo o pacote químico que é imposto por institutos agrônômicos, órgãos de extensão rural e corporações transnacionais. Os acampados dizem “basta” a esta lógica, que os submeteria aos impérios agroalimentares, e decidem eles mesmos serem responsáveis por sua forma de manejo e cultivo. Uma negação da ciência agrônômica tal qual ela se encontra hoje se estabelece, pois a “Agroecología debe incorporar la perspectiva histórica y el conocimiento local [...]” (SEVILLA GUZMÁN, 2006, p. 211).

A produção agroecológica do acampamento tem as técnicas do policultivo/plantio em consórcio, rotação de culturas e sistemas agroflorestais (SAF). No policultivo há “diversos arranjos espaciais, desde uma simples combinação de duas espécies em fileiras alternadas, até consórcios complexos de mais de uma dúzia de espécies misturadas” (LIEBMAN, 2012, p. 221). Este procedimento é usado para oferecer uma maior variedade de produtos. Além disso, ao se cultivar diferentes espécies em uma determinada área, pode haver um controle de pragas, ou compensação de nutrientes no solo. Na horta coletiva

principal, há, por exemplo, sazonalmente, o cultivo de milho consorciado com abóbora. Além disso, as hortaliças também são plantadas em proximidade e com variedade.

A rotação de culturas remete a uma variação dos alimentos cultivados na dimensão temporal. O objetivo é diversificar o sistema agrícola, assim como oferecer nutrientes aos cultivos e manejar as pragas (ALTIERI, 2012). Há a presença desta técnica agroecológica no território ocupado. Um destaque a ser feito é a época em que as hortaliças são cultivadas, sempre a partir de março até novembro. Isso se dá em razão de o verão neste local apresentar temperaturas elevadas, o que não torna o cultivo destas espécies tão favorável.

Os SAF, de acordo com Altieri (2012), envolvem formas tradicionais de uso agrícola, nos quais há a associação espacial entre árvores e espécies agrícolas ou animais. No território em estudo, há a presença de várias agroflorestas. Todavia, há uma área coletiva, com aproximadamente 4 hectares, em que há o desenvolvimento específico deste tipo de técnica. Esta agrofloresta é resultado de uma parceria da comunidade com a Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo-SP e Adrianópolis-PR (Cooperafloresta). Alguns projetos coordenados pela Cooperafloresta tiveram envolvimento do MST de Antonina, dentre eles o “Agroflorestar” e o “Frutos da Agrofloresta”. Os SAF são a principal proposta produtiva na ocupação, pois com esta técnica há a possibilidade de aproveitar a riqueza vegetal da Mata Atlântica, escalonando o plantio de espécies alimentícias com árvores, que também podem produzir alimentos. O acampamento José Lutzenberger, com isso, tem a luta pela terra agrofloresteira, que traz a interligação da questão agrária com as dimensões ambiental e alimentar.

Constata-se uma grande variedade de alimentos que são cultivados no acampamento. Alguns víveres são: abóbora, acelga, agrião, alface, almeirão, banana, batata-doce, berinjela, beterraba, cana-de-açúcar, cará, cebolinha, cenoura, cheiro verde, chuchu, condessa, couve, fruta do conde, goiaba, jabuticaba, jiló, laranja, limão, mandioca, mel, melão, milho, maná-cubiu, maracujá, palmito pupunha, pimenta biquinho, pimenta malagueta, rabanete, repolho, rúcula e vagem.

**Figura 5: Plantio de mudas arbóreas na implantação de um sistema agroflorestal.**

Fotografia: O autor (2014).

Os mais relevantes, em termos de volume de produção, são a mandioca (considerada o carro-chefe do acampamento), banana, milho, batata-doce e quiabo. Os acampados ainda afirmam que a alface e a abóbora são produzidas em boa quantidade. A cozinha deste local produz doce de banana, doce de abóbora, polpa de frutas (açai, goiaba e maracujá), mandioca picada e congelada e balas de banana. Há ainda a produção de um “kit sopa”, que contém em um mesmo pacote: mandioca, cenoura, chuchu, vagem, abóbora e 50 gramas de cheiro verde. A finalidade deste produto é distribuí-lo nas escolas, por meio do PNAE. Os equipamentos que auxiliam na tarefa de beneficiamento, todos presentes na cozinha, são a embaladora a vácuo, seladeira de datas e três refrigeradores.

Nos lotes individuais das famílias, verifica-se a presença de criação de galinhas e também tanques para criação de peixes, mas não são todas as famílias acampadas que possuem estes dois cultivos. Além disso, há uma área para a bovinocultura, que conta com 10 animais. Desta maneira, com a prática agroecológica assumida como um modo de vida (que remete a práticas sociais e formas de ordenamento das tarefas cotidianas), reitera-se que “[...] o campesinato aparece como uma forma de se relacionar com a natureza ao se considerar como parte dela num processo de coevolução que configurou um modo de uso dos recursos naturais ou uma forma de manejo [...]” (MOLINA e SEVILLA GÚZMAN, 2013, p. 79).

A agricultura feita pelos camponeses do acampamento José Lutzenberger se difere de outras formas de produção, pelo seu vínculo específico com a natureza, ou seja, eles

“formulam e reformulam os processos de produção agrícola em realidades que contrastam significativamente com aquelas criadas por agricultores empresariais e capitalistas” (PLOEG, 2008, p. 37). A leitura de mundo do campesinato deste local descreve a agroecologia como uma concepção mais ampla.

Agroecologia pra mim é... assim, tudo, né. Aonde você possa tá vivendo bem, você tem a subsistência. Aonde você possa cuidar da natureza. Aonde você pode cuidar da população da sua comunidade. Agroecologia não é, tipo, eu querer plantar uma árvore pra tentar fazer uma agrofloresta. E falar assim: eu tô fazendo agroecologia. Porque a agroecologia ela é, assim, um globo com muita riqueza [...] é uma comunidade estar dentro de uma área de preservação, aonde ela vive conscientemente. Que ela não faça impacto aquilo que ela tá vivendo [...] Agroecologia é uma opção de vida, é ser vivo, é uma coisa muito grande” (ENTREVISTADA LIDERANÇA L.).

Uma análise das formas produtivas do acampamento necessita incorporar as alternativas e resistências contra a lógica capitalista que visa submeter e subordinar os camponeses aos seus fundamentos. O campesinato em estudo, ao adotar a agroecologia como bandeira de luta e modo de vida, diz um basta a essa ofensiva.

**Figura 6: Agrofloresta na área coletiva.**



Fotografia: O autor (2013).

Os camponeses do acampamento José Lutzenberger assumem a peculiaridade de seu lugar ao rejeitar a lógica homogeneizadora e desagregadora de especificidades que os impérios agroalimentares apresentam. É um embate entre concepções de mundo, sendo que a visão inerente aos impérios agroalimentares possui um caráter reducionista.

De um lado, as forças da globalização econômica neoliberal trabalham para obliterar a diversidade, para homogeneizar e para criar uma economia e uma cultura global baseadas no consumismo e na adoção da ciência e da tecnologia ocidentais [...] As forças de resistência social, por outro lado, afirmam a diferença e abraçam a diversidade [...] É uma luta na qual os movimentos sociais radicais são agentes fundamentais de mudança, conforme visam alternativas que questionam cada aspecto do neoliberalismo (DESMARAI, 2013, p. 26–27).

Não há dúvidas de que as práticas agroecológicas do acampamento José Lutzenberger são específicas, produto da particularidade do etnoecossistema local. Além disso, este lugar tem suas identidades múltiplas, com sua complexa trama de relações sociais, mas que não nega um sentido e identidade global do lugar de uma mobilização camponesa internacional. As especificidades deste acampamento dialogam com a essência global que a luta camponesa tem contemporaneamente. Ao se considerar essa caracterização das formas de produção, sob a roupagem da agroecologia (e, também, das agroflorestas; os acampados fazem uma grande defesa desta prática), é imprescindível destacar que estas são estratégias de resistência ao capital/impérios agroalimentares. A insubordinação se faz presente quando os acampados rejeitam o pacote de insumos químicos provenientes de empresas do ramo da biotecnologia. Estes sujeitos não dependem financeiramente desta lógica dos impérios agroalimentares; eles mostram-se, neste aspecto, autônomos e autossuficientes.

Mais do que isso, eles produzem alimentos, para autoconsumo e para alimentar a população local, sobretudo os alunos das escolas municipais e estaduais, através do PNAE, conforme será exposto a seguir. Esta conduta defende a soberania alimentar em sua escala local de atuação. As práticas do acampamento José Lutzenberger atestam uma produção agrícola que demanda força de trabalho familiar e comunitária, da mesma forma que visa garantir a perdurabilidade dos meios de produção necessários para este tipo de agricultura.

### **Autoconsumo e circuitos curtos de comercialização dos alimentos**

Os alimentos produzidos no acampamento são utilizados, inicialmente, para autoconsumo. Ou seja, o trabalho desempenhado pelos camponeses visa, em um primeiro momento, satisfazer suas necessidades. Os afazeres são realizados de forma a garantir o mínimo de condições que permitam a reprodução social destes sujeitos. Dito de outra forma,

“[...] a família camponesa visa unicamente a maneira mais fácil de satisfazer suas necessidades em consonância com o gasto da força de trabalho” (ALMEIDA e PAULINO, 2010, p. 43).

Os alimentos cultivados pelo grupo de ocupantes estão inseridos em três meios de circulação. Dois destes são mercados institucionais: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além disso, os produtos também são vendidos em uma feira no centro de Antonina. Desta forma, a circulação dos alimentos produzidos no acampamento José Lutzenberger atende à população local, principalmente aos estudantes das escolas, pessoas em situação de insegurança alimentar contempladas pelo PAA e moradores da área urbana de Antonina.

O Programa de Aquisição de Alimentos é acessado pelos moradores do acampamento desde 2009, por meio da prefeitura municipal. Neste ano, as entregas ao PAA estavam sendo realizadas através de 3 Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) . Enquanto isso, o projeto de entregas ao PNAE (apenas com entregas no município) iniciou em 2011, através de 4 DAP. No ano de 2012 começaram as atividades de comercialização da feira do agricultor de Antonina, que atualmente ocorre às quartas-feiras e aos sábados, na praça Brasília Machado.

Finalmente, a partir de fevereiro de 2014, foi obtido acesso ao PNAE estadual, por intermédio da Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA), com 10 DAP. O PNAE estadual consiste em realizar entregas para 17 escolas de três municípios do litoral do Paraná. São contempladas 7 escolas em Antonina, 4 em Morretes e 6 em Matinhos. O volume de comercialização semanal através deste PNAE, para os anos de 2014 e 2015, é de 1.775kg de alimentos. Os víveres devem ser entregues de acordo com as classes propostas pelo programa (frutas; hortaliças, temperos e sementes; legumes e tubérculos). Em todas as unidades administrativas, há uma maior demanda por frutas.

Percebe-se, a partir da análise do PNAE estadual, que a escala de atuação do acampamento José Lutzenberger está delimitada a partir dimensão local-regional. A maior distância percorrida para a distribuição dos alimentos se dá entre o acampamento e o município de Matinhos, cerca de 100 quilômetros. Mensalmente, a demanda deste programa institucional precisa entregar 3.668kg de frutas, 976kg de hortaliças, temperos e sementes e, finalmente, 2.456kg de legumes e tubérculos. Ou seja, os acampados precisam cumprir com os 7.100kg totais no mês, a partir da produção em uma área com cerca de 10 hectares. Tal fato vem a corroborar o argumento da elevada produtividade da agricultura camponesa que não utiliza agrotóxicos e insumos químicos.

De acordo com os acampados, cada uma das formas de comercialização tem sua relevância. A troca de produtos com os vizinhos e as vendas por meio da feira, para eles, cumprem uma importante tarefa social, pois assim aproximam os produtores de alimentos

dos consumidores – o que caracteriza uma relação social e diálogo fundamentais para ambos, que garante evidenciação e relevância de seu papel na sociedade atual. Segundo os acampados que fazem as entregas nas escolas, os professores das instituições atendidas pelo PNAE, por exemplo, começam a pedir determinados alimentos ao pessoal do acampamento. Os educadores despertam o olhar para estes víveres, para consumo pessoal, pois apreenderam que são alimentos baratos e saudáveis, cultivados localmente. Ou seja, a aproximação entre produtor e consumidor (e também de grupos rurais com grupos urbanos) é de suma importância para dar ênfase ao papel dos camponeses acampados.

Já os mercados institucionais assumem centralidade, sobretudo no aspecto da geração de renda, garantindo um auxílio e base para manutenção de suas condições de vida. Em suma, as formas de distribuição dos produtos do acampamento José Lutzenberger caracterizam formas socialmente justas e ambientalmente adequadas. O modo de atuação do MST em Antonina se insere em mecanismos de “reprodução de circuitos curtos e descentralizados que ligam a produção e o consumo de alimentos e, de forma mais geral, a agricultura e a sociedade regional” (PLOEG, 2008, p. 20). Há um contraste entre a prática deste lugar e a dos impérios agroalimentares, que têm os supermercados, com seus circuitos longos de comercialização, como o foco de venda dos alimentos.

Outra característica a destacar em circuitos curtos é a maior autonomia do agricultor em relação aos circuitos longos. O agricultor ecológico que vende em circuitos longos, normalmente, está ligado a empresas que controlam o que, quanto e como produzir. [...] Os agricultores que trabalham integrados com empresas têm menor autonomia na gestão, sendo o planejamento de produção e a comercialização realizados por elas. Ademais, o sistema de produção é simplificado e especializado em um ou dois produtos (DAROLT, 2013, p. 149).

Ao descrever a operação dos impérios agroalimentares, Ploeg (2008) menciona que esta desliga a conexão entre produção e consumo dos víveres, tanto no âmbito espacial quanto no temporal. Ademais há também descontextualização (desterritorialização) da produção agrícola, das particularidades e identidades múltiplas dos lugares e da sociedade local-regional. Então, como esforço de apreensão dos modos de vida e produção do acampamento José Lutzenberger, são utilizados os mesmos parâmetros relatados por Ploeg (2008): Este território ocupado, organizado pelo MST, tende a conectar a produção e consumo de alimentos, em sua localidade e escala regional. Além disso, a partir da agroecologia, há uma estreita interligação da produção agrícola com a peculiaridade de seu etnoecossistema.

Uma das alternativas à crise sistêmica foi apresentada, que engloba a luta pela terra (e, conseqüentemente, pela reforma agrária) e a defesa da natureza e produção de alimentos. Todavia, se faz necessário apresentar os fundamentos e processos que

fomentam esta crise, sobretudo no ramo da agricultura e alimentação, a partir dos impérios agroalimentares.

### **A hegemonia global dos impérios agroalimentares: novas expressões do capitalismo internacional oligopolizado**

Para Ploeg (2008), os impérios agroalimentares exercem um “[...] controle “imperial” direto e crescente sobre a produção e o consumo de alimentos. O capital (ou seja, o valor que é incrementado através da produção da mais-valia) se torna o novo *modo de ordenamento* dominante para a estruturação da produção agrícola [...]” (p. 22). Para empreender um entendimento do atual sistema agroalimentar internacionalizado e hegemônico, cuja materialidade se dá a partir dos impérios, assume-se aqui o caráter imprescindível de traçar um resgate histórico destes modelos, com base em periodizações. McMichael (2009) e Friedmann (1993; 2000) realizam esta tarefa. Em McMichael (2009) há a análise de três momentos históricos dos sistemas agroalimentares, os quais o mesmo chama de regimes alimentares.

A noção de regime alimentar, estabelecida inicialmente por Friedmann (1993), envolve uma estrutura, à escala mundial, de produção e consumo de alimentos que seguem determinadas regras. O regime alimentar analisa a estrutura de produção e consumo de alimentos em nível global que é controlada por atores específicos, bem como suas regras. Segundo McMichael (2009), o primeiro regime alimentar emerge no último quarto do século XIX, marcado pela hegemonia do Império Britânico, envolvendo importações de produtos tropicais e de ex-colônias de povoamento. Enquanto isso, o segundo regime alimentar surge no contexto pós-guerra, em meados do século XX, durando de 1950 até os anos 1980. Neste caso, predominava uma bipolaridade na geopolítica mundial, entre os estadunidenses e o bloco soviético do socialismo real. Os Estados Unidos passaram a controlar e orientar a dinâmica do comércio mundial, visando não perder para a União Soviética o domínio de certos países. A lógica norte-americana neste período é defender modelos nacionais de industrialização e modernização da agricultura, com as tecnologias da Revolução Verde. Ainda neste contexto do segundo regime alimentar, o *agribusiness* formula ligações em um âmbito transnacional, entre setores agrícolas de diversos países, especializando a produção no campo entre estes Estados-nações (MCMICHAEL, 2009). Forma-se uma cadeia de fornecimento de alimentos a nível global. O autor apresenta o caso do complexo de proteína animal, que engloba a produção da soja, por exemplo, com a produção pecuária em larga escala.

Contemporaneamente, há uma forma específica que emerge a partir do final da década de 1980. O regime alimentar dos dias atuais tem a divisão internacional do trabalho

que se inicia após o fim da II Guerra Mundial, juntamente com o surgimento dos complexos transnacionais de *commodities* a partir da década de 1970. Entretanto, no final do século XX se dá um aprofundamento dos processos que se iniciam no segundo regime alimentar. A inserção das cadeias de supermercados também é peculiar neste terceiro regime alimentar, que passa a ser conhecido como um regime alimentar corporativo. Conforme Yamila Goldfarb (2013) destaca, “o Regime Alimentar Corporativo é marcado pela concentração da produção e comercialização de alimentos e insumos nas mãos de poucos grandes grupos econômicos em todo o mundo” (p. 257).

Em outro trabalho, Philip McMichael destaca que este regime alimentar corporativo materializa um projeto neoliberal para a agricultura, com base nos mecanismos de ajuste estrutural, e que a partir de 1995 tem a Organização Mundial do Comércio (OMC) como a instituição-chave deste processo (MCMICHAEL, 2009; 2012). As regras da OMC visam encorajar “exportações agrícolas universais e demandando que os Estados do Sul global abrissem suas economias para o comércio alimentar internacional dominado pelo Norte” (MCMICHAEL, 2012, p. 682, tradução nossa)<sup>3</sup>. Ainda segundo este autor, todas estas regras apenas regimentaram o setor do agronegócio (e, conseqüentemente, os impérios agroalimentares) visando à eficácia produtiva, o livre comércio e a segurança alimentar.

Há ainda que ponderar o papel fundamental que os direitos de propriedade intelectual exercem na conjuntura propícia para a emergência da forma imperial de atuação no sistema agroalimentar. Afinal, este é um controle sobre as sementes, a base da produção no campo. O grande capital, neste caso representado pelas transnacionais que oligopolizam o comércio de sementes, tais como DuPont, Monsanto, Syngenta, Seminis, Advanta, entre outras, acaba por controlar os produtores no meio rural, sobretudo pela cobrança de *royalties* e pelo direito de propriedade intelectual.

A questão das patentes e direitos acerca da propriedade intelectual remete à OMC, por meio do TRIPS (Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights) – acordo relacionado aos direitos de propriedade intelectual. Este tratado visa regulamentar os direitos de marcas e patentes, submetendo todos os países que integram a OMC aos ditames das corporações que detêm as patentes sobre as sementes.

Foram criados também mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação. A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o chamado Acordo TRIPS) aponta para maneiras pelas quais o patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais (HARVEY, 2013b, p. 123).

<sup>3</sup> “[...] universal agroexporting and requiring states in the global South to open their economies to the Northern-dominated international food trade”.

Os direitos de propriedade intelectual, neste caso das sementes transgênicas, podem ser considerados como o estágio superior da privatização do conhecimento e da submissão de diversos sujeitos a suas normas e produtos (FUCHS, 2012). Esta é a forma de domínio que os impérios apresentam atualmente no início de sua cadeia de ordenamento, a partir das sementes. Todavia, é necessário debater o fim deste modo de ordenamento, a partir dos mecanismos de circulação-distribuição-comercialização dos produtos, com os supermercados e as cadeias varejistas representando a forma de atuação nesta esfera.

Os supermercados, forma predominante de comercialização dos alimentos atualmente, se consolidam por todo o globo no decorrer do século XX. Esta maneira de distribuição de mercadorias modificou contundentemente os produtos que os consumidores compram. O cotidiano da sociedade urbano-industrial é modificado e marcado, pois “[...] o acesso aos alimentos está inexoravelmente ligado aos supermercados. A visita semanal ou mesmo diária aos supermercados representa um dos principais hábitos da sociedade contemporânea” (BEZERRA, 2012, p. 174). Neste sentido, é relevante notar que o sistema alimentar industrial do segundo regime alimentar favorece o florescimento dos supermercados. Pois assim foram desenvolvidos alimentos industrializados não perecíveis.

As grandes cadeias varejistas apresentam um processo de controle de determinados procedimentos do sistema agroalimentar. Esta forma oligopólica de distribuição de alimentos consegue impor regras e controlar seus fornecedores, tais como camponeses e agricultores empresariais, por exemplo. Garcia e Rivera (2007) denominam os supermercados como a forma de distribuição moderna de víveres, em detrimento das feiras e estabelecimentos de menor porte. Neste sentido, os supermercados e os hipermercados apresentam as seguintes características: utilização do contexto de liberalização do comércio, elevado grau de concentração de empresas no setor (formação de oligopólios) e adoção de elementos de logística e tecnologia da informação para reestruturar a forma organizativa da distribuição moderna (GARCIA e RIVERA, 2007). Conforme assinala Montanyès (2007), esta distribuição moderna é uma prática comercial que surge após a Segunda Guerra Mundial, primeiramente nos Estados Unidos e em alguns países europeus. A partir da década de 80, se dissemina amplamente em todos os continentes, tornando-se um referente empresarial – o autor se ampara nos dados de que entre as dez maiores multinacionais no mundo de hoje, duas são do ramo varejista: Wal-Mart e Carrefour.

Uma intrincada trama de relações socioprodutivas se dá no panorama dos impérios agroalimentares. Para atender a toda essa complexa cadeia agroalimentar, se faz necessária a padronização dos produtos. Os supermercados demandam esta uniformidade

das mercadorias. Desta forma, assumem controle e normatizam a esfera de circulação dos alimentos e demais artigos.

As empresas processadoras buscam, por sua vez, por todos os meios possíveis, cumprir com as exigências das grandes empresas do comércio varejista, como Wal-Mart, Tesco, Carrefour e Metro, as quais demandam produtos baratos, uniformes e perecíveis em suas estantes e não duvidam um instante em intervir em outros setores da cadeia alimentar para ditar o modo como os agricultores (assim como escolher quais agricultores) devem produzir os alimentos (ETC GROUP, 2009, p. 5, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Desta forma, a figura dos supermercados, a partir desta distribuição moderna, materializa um domínio da acumulação irrestrita de capital, utilizando os alimentos como um meio para atingir este fim. A peculiaridade dos impérios agroalimentares é evidenciada quando estes atores entram em cena, no cenário de liberalização econômica de fins do século XX.

Para compreender os impérios agroalimentares, foi necessário debater a noção de regime alimentar, estabelecida por Friedmann (1993). A sua organização envolve uma variedade de atores, com base em uma interligação entre corporações de engenharia genética e biotecnologia (o agronegócio), universidades comprometidas com estas (desenvolvendo pesquisas), companhias processadoras de alimentos e grandes cadeias de supermercados. Além disso, há o apoio do Estado com políticas públicas e leis. Trata-se de uma metamorfose das lógicas capitalistas para o meio rural. Uma forte tendência para a centralização das atividades neste setor se faz notória, sempre enfatizando sua escala de atuação: o âmbito global.

Esta intrincada trama de relações envolve, segundo Bello (2012), grandes associações agroindustriais, grandes empresas, formas de transporte de alimentos de grandes distâncias e supermercados. São cadeias agroalimentares integradas na escala planetária. Todo este sistema de agricultura industrial global atua no sentido de abastecer a classe dominante e a classe média. “Este sistema de produção globalizado produziu sérias pressões sobre o meio ambiente, excluiu do mercado um grande número de pessoas e contribuiu para uma maior pobreza e desigualdades econômicas” (BELLO, 2012, p. 27, tradução nossa)<sup>5</sup>.

A globalização neoliberal, que reduz o papel dos Estados e prioriza as corporações e as relações de livre mercado, se acentua no final do século XX. Este é o panorama no

---

<sup>4</sup> “Las empresas procesadoras buscan a su vez, por todos los medios posibles, cumplir con las exigencias de las grandes empresas de comercio al menudeo, como Wal-Mart, Tesco, Carrefour y Metro, las cuales demandan productos baratos, uniformes y predecibles en sus estantes y no dudan un instante en intervir en otros eslabones de la cadena alimentaria para dictar el modo como los agricultores (así como elegir cuales agricultores) deben producir los alimentos”.

<sup>5</sup> “Este sistema de producción globalizado ha producido serias presiones sobre el medio ambiente, ha excluido del mercado a gran número de personas y ha contribuido a una mayor pobreza y a mayores desigualdades económicas”.

qual emergem os impérios agroalimentares. Fundamental é, neste sentido, voltar às análises que o sociólogo holandês Ploeg (2008) faz desta monopolização imperial no âmbito da agricultura e alimentação.

Em termos político-econômicos, a emergência do Império é fortemente associada ao aumento súbito da mobilidade de maiores fluxos de capital por todo o globo. Os elementos centrais do Império como forma de governança são o controle e a apropriação. De acordo com Hardt e Negri, o Império é “um aparelho descentralizado e desterritorializado de governança que incorpora progressivamente todo o domínio global dentro de suas fronteiras abertas e em expansão (2000, p. xii). Consequentemente, a criação de controlabilidade é central para o Império como modo de ordenamento. Isso requer frequentemente um reordenamento generalizado do social e do natural. A constituição do Império pode ser conceituada como a forma específica em que os processos de globalização estão atualmente se manifestando. [...] A essência da atual fase da globalização é que ela introduz, literalmente por toda a parte, conjuntos de normas e parâmetros generalizados que governam todas e quaisquer práticas locais e específicas. [...] O Império se materializa numa conquista continuada que se apropria de espaços locais que antes eram relativamente autônomos e autogovernados. [...] O Império elimina o local, o transformando em um “não-lugar”. A única relevância do local é que ele representa um conjunto de coordenadas – um entre muitos outros conjuntos – em que se aplicam normas generalizadas (PLOEG, 2008, p. 255).

Uma das consequências da lógica dos impérios, que se encontrou amparada nas políticas de órgãos multilaterais (que tinham o objetivo de impedir qualquer tipo de barreira ao livre comércio, favorecendo a agricultura de *commodities*), tal como os planos de ajuste estrutural, é a degradação da natureza. Isso se dá a partir da supressão da vegetação, esgotamento dos solos ou pela contaminação dos ecossistemas a partir de insumos químico-sintéticos utilizados pela agricultura moderno-industrial. Desde o século XIX, no livro I de O Capital, Marx já alertava para os perigos de impactos aos recursos naturais por meio de uma agricultura moderna e mecanizada.

Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apoia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, como é o caso dos Estados Unidos, mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 2011, p. 570-571).

Basicamente, a produção dos impérios agroalimentares se encontra amparada na exacerbação do aspecto econômico a partir da acumulação de capital. É evidente que buscam subordinar camponeses e consumidores aos seus mecanismos. Todavia, a agricultura camponesa resiste e se coloca como alternativa para este sistema que

mercantiliza todas as relações sociais e, assim, produz as diversas crises que são vivenciadas atualmente. Ploeg (2008) fala em crise agrária e Bello (2012) menciona uma crise do sistema alimentar contemporâneo. As tensões ambientais e as mudanças climáticas tornam-se agravadas por este tipo de agricultura praticada pelos impérios.

Estes foram alguns elementos que permitem entender a lógica dos impérios agroalimentares, um sistema que produz e amplia a crise sistêmica e civilizatória. Conforme verificado, as dinâmicas de reprodução do capital possuem todo um aparato político, jurídico e institucional que permitem seu desenvolvimento, sobretudo ao nível global, com o amparo dos organismos multilaterais. A adoção de ferramentas e produtos da biotecnologia, como é o caso das sementes transgênicas, e o escoamento dos produtos através dos supermercados é característica desta lógica imperial. São premissas contraditórias à lógica camponesa, que busca se reproduzir enquanto classe social, por meio do trabalho familiar e o autoconsumo. A produção agroecológica do campesinato não visa a reprodução de capital por meio da exploração de bens naturais.

### **Considerações finais**

O trabalho apresentou a luta pela terra em um acampamento agroflorestal, que encara várias dimensões de embates. Com a exposição das práticas e da organização deste acampamento, se pretendeu mostrar como este sistema agroalimentar, centrado em sujeitos voltados ao plantio de alimentos para a população do entorno, bem como ligados a uma preocupação com a terra em que cultivam, é uma alternativa categoricamente viável ao cenário agrário e alimentar caótico que se vivencia atualmente. Ademais, conflitos com a organização do culto à vida silvestre SPVS foram emblemáticos para a comunidade Rio Pequeno como um todo, que se viu pressionada em alguns momentos. Retoma-se que o acampamento surge também para questionar o avanço do latifúndio preservacionista da ONG, que almeja preservar a natureza visando, por meio de inserção no mercado global, aferir lucros e se promover com isso. Ou seja, a expansão das áreas desta organização reatualiza a clássica questão agrária, que outrora esteve vinculada à concentração fundiária e à atividade agrícola. Agora, elementos de uma questão ambiental e economia verde renovam este campo de estudos, bem como na esfera da Ecologia Política.

Ora, o MST neste local materializa uma relação específica com a natureza, a partir de práticas complexas, diferenciada dos preceitos simplistas e reducionistas dos impérios agroalimentares, bem como de outros sujeitos como a SPVS. Com a prática agroecológica no acampamento, o solo, a água e a vegetação nativa são elementos fundamentais para manter a reprodução da família camponesa. Essa base natural é conservada, fortalecida e

reproduzida por meio do policultivo, da rotação de culturas e, principalmente, dos sistemas agroflorestais.

Foram expostos os fundamentos do sistema agroalimentar dominante que tem escala de atuação global. Os impérios agroalimentares aprofundam a lógica de acumulação irrestrita de capital no setor de alimentos. A exposição destes visou mostrar o cenário propenso a sua emergência. O contexto de desregulação do comércio, a partir de recomendações de livre concorrência no que tange à política agrícola da OMC, foi uma condicionante relevante para a consolidação dos impérios agroalimentares. O que reitera-se é a trama bem conectada destas corporações do ramo de produção, transformação, processamento e comercialização de alimentos. Este encadeamento oligopólico e globalizado, que é extremamente coadunado, se justifica pela manutenção de quotas cada vez maiores de mercado do ramo agroalimentar. Não há preocupação com as especificidades dos alimentos e dos lugares com os impérios, diferentemente da agricultura agroecológica camponesa.

Em suma, o trabalho trouxe elementos da questão agrária, como a luta pela terra, a agroecologia (renovando estes estudos) e a expansão capitalista no campo; da questão alimentar, com os modelos e os conflitos de produção de alimentos; e a questão ambiental, com disputas em torno de bens naturais e por formas de produção que coevoluem com a natureza. A crise sistêmica a qual vivencia-se contemporaneamente tem como sistema agroalimentar dominante o dos impérios. Disso, destaca-se que o acampamento José Lutzenberger é um exemplo de alternativa para o panorama conjuntural caótico atual.

A comunidade do acampamento protagoniza uma ação de resistência aos impérios, se colocando contra a financeirização da agricultura e negando o reducionismo da mesma. A defesa da soberania alimentar, do mesmo modo que a luta pela terra e pela reforma agrária, são os pilares fundamentais para uma oposição ao modo de produção capitalista. Com as premissas da pesquisa-ação e da ecologia de saberes, o trabalho objetivou protagonizar as estratégias deste acampamento. A academia esteve por muito tempo e ainda continua arraigada com o desenvolvimento da lógica capitalista hegemônica. Neste sentido, esta pesquisa se colocou contra este modelo de ciência objetiva e reacionária, comprometido com as elites e o grande capital. Assim, o intuito foi fornecer uma base para a luta de um movimento social que busca outra forma de sociedade.

A agricultura camponesa agroecológica materializa a reestruturação de práticas sociais que buscam fugir aos mecanismos da lógica de acumulação capitalista que predomina no meio rural. Novamente, são possibilidades para contornar a crise sistêmica que persiste no cenário mundial contemporâneo. O trabalho pretendeu iniciar o debate sobre a compreensão desta forma atual de ordenamento dos impérios agroalimentares. O

caminho para desvendá-los é longo e tortuoso, e é necessário se colocar ao lado dos movimentos sociais para impedir sua progressão.

## Referências

ALMEIDA, R. A; COLLADO, A. C; HERNÁNDEZ, D. G. A “nova” questão agrária em Andalucía: processos de recampesiniza  o em tempos de impérios agroalimentares. **Revista NERA**, ano 17, n  24, 2014. p. 09 – 35.

ALMEIDA, R. A; PAULINO, E. T. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3  ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ANDRADE, C. M. S. *et al.* **Capim-tangola**: gramínea forrageira recomendada para solos de baixa permeabilidade do Acre. Rio Branco-AC: Embrapa Acre, 2009.

BELLO, W. **The food wars**. Barcelona: Virus editorial, 2012.

BEZERRA, J. E. **A fruticultura no Nordeste Semiárido**: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho. Tese (doutorado em Geografia – Produção do Espaço Geográfico), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

CHAYANOV, A. V. **Teoria dos sistemas econ micos não-capitalistas**. 1924. p. 477 – 502.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: ALMEIDA, L; NIERDELE, P. A; VEZZANI, F. M (org.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139 – 170.

DESMARAIS, A. A. **A Via Campesina**: a globalização e o poder do campesinato. São Paulo: Cultura Acad mica; Expressão Popular. 2013.

ETC GROUP. ** Qu n nos alimentar ?** Preguntas sobre las crisis alimentaria y climática. N  102, novembro de 2009.

FABRINI, J. E; MARCOS, V. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. Expressão Popular: UNESP. 2010.

FRIEDMANN, H. The political economy of food: a global crisis. **New Left Review**. N  197, 1993. p. 29 – 57.

\_\_\_\_\_. What on earth is the modern world-system? Food getting and territory in the modern era and beyond. **Journal of World-Systems Research**, 2000. p. 480–515.

FUCHS, R. Cultivos transg nicos no mundo: do Canadá   Argentina, da Rom nia   China quase 90 milhões de hectares de plantas transgênicas. In: ANDRIOLI, A. I; FUCHS, R. **Transgênicos**: as sementes do mal. A silenciosa contaminação de solos e alimentos. 2  ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 31 – 56.

GARCIA, F; RIVERA, M. G. “Supermercadolandia”: El planeta de los supermercados. In: MONTAGUT, X; VIVAS, E. **Supermercados, no gracias** – Grandes cadenas de distribución: impactos y alternativas. Barcelona: Icaria Editorial, 2007.

GOLDFARB, Y. O estabelecimento do Regime Alimentar Corporativo no Brasil e na Argentina. Neoliberalismo, financeirização e empoderamento das corporações. O caso da Cargill. **Crítica y Emancipación**, (10), segundo semestre de 2013. p. 249 – 290.

GUTERRES, I. **Agroecologia militante**: contribuições de Enio Guterres. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo demográfico 2010. 2010.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico – município de Antonina**. Dezembro de 2013.

LIEBMAN, M. Sistemas de policultivos. In: ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I. 29ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MCMICHAEL, P. A food regime genealogy. **The Journal of Peasant Studies**. Vol. 36, nº 1, January 2009. p. 139 – 169.

MCMICHAEL, P. The land grab and corporate food regime restructuring. **The Journal of Peasant Studies**. Vol. 39, nº3-4, Julho-outubro 2012. p. 681 – 701.

MOLINA, M. G; SEVILLA GÚZMAN, E. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MONTANYÈS, X. Una aproximación al “supermercadismo”. In: MONTAGUT, X; VIVAS, E. **Supermercados, no gracias – Grandes cadenas de distribución**: impactos y alternativas. Barcelona: Icaria Editorial, 2007. p. 25 – 32.

PATEL, R. **Stuffed and starved**: the hidden battle for the world food system. First Melville House Printing, 2012.

PIRES, I. C. **Comunidades tradicionais em unidades de conservação**: o caso do projeto de assentamento agroflorestal José Lutzenberger na APA de Guaraqueçaba-PR. 91 f. Monografia (Especialização em análise ambiental) – Setor de Ciências da Terra, Departamento de Geografia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17 - 32.

\_\_\_\_\_. O latifúndio genético e a r-existência indígena-campesina. **GEOgraphia**, vol. 4, nº 8, 2002.

ROSSET, P. Food Sovereignty and alternative paradigms to confront land grabbing and the food and climate crisis. **Development**. 54 (1). 2011. p. 21 – 30.

SEVILLA GUZMÁN, E. **De la Sociología Rural a la Agroecología**. Barcelona: Icaria, 2006.

SHANIN, T. A. definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, ano 8, nº 7, Presidente Prudente, julho-dezembro de 2005. p. 1 – 21.

SPVS. Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental. **Relatório anual**. 2012.

Recebido para publicação em 23 de fevereiro de 2015

Devolvido para revisão em 02 de julho de 2015

Aceito para publicação em 21 de agosto de 2015